

Estratégia de Desenvolvimento Local

NOME BENEFICIÁRIO	Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
NIFAP	7164766
DESIGNAÇÃO	Terras de Abundância
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

1. Estratégia de Desenvolvimento Local

Do Diagnóstico participativo territorial que sustenta a macro estratégia resultou a seguinte **análise SWOT**:

FORÇAS: Qualidade ambiental, clima, paisagem e biodiversidade; forte identidade cultural; património construído e natural de excelência; património imaterial classificado pela UNESCO, cante e chocalho, e outros de elevado valor intrínseco; produtos endógenos, gastronomia e produtos alimentares de elevada qualidade; Grande disponibilidade de área de solo produtivo e irrigável; elevado nível tecnológico em especial de novas empresas agrícolas; EFM do Alqueva tem efeito multiplicador em diferentes áreas económicas; exposição solar globalmente competitiva.

FRAQUEZAS: Défice demográfico; escassez de habitação disponível; degradação dos centros históricos dos principais núcleos urbanos; tecido empresarial frágil; escassez de mão de obra qualificada; população agrícola muito envelhecida; serviço territorial de acolhimento empresarial e de incubação incipiente; fraca cobertura e qualidade das redes de telecomunicação; mobilidade e acessibilidades caracterizadas por ferrovia obsoleta e distância aos principais eixos rodoviários; escassez de empreendimentos turísticos e de operadores de experiências, assim como de articulação e cooperação entre agentes do setor.

OPORTUNIDADES: Atração de novos habitantes à procura de uma vida em maior contacto com natureza e tranquilidade; proximidade a polos turísticos importantes, como o Algarve, Lisboa, Évora e litoral alentejano; Exploração de nichos de mercado turísticos como o enoturismo, turismo de natureza, cultural, entre outros; Évora Capital Europeia da Cultura 2027; tendência de trabalho remoto e nomadismo digital pode atrair e fixar população; reconhecimento do montado pela UNESCO - património a proteger; reconhecimento do vinho de talha como património UNESCO; desenvolvimento das agroindústrias criando mais valor na região, a partir da sua produção agrícola; Desenvolvimento do porto de Sines e atividade empresarial envolvente; aeroporto de Beja é um ativo com potencial inexplorado; novas tecnologias podem permitir melhor serviços à população, melhorando qualidade de vida; novo hospital do Alentejo Central pode trazer melhores serviços de saúde de proximidade.

AMEAÇAS: Filosofia das revisões de PDM tem diminuído possibilidades de nova construção que estrangulam a oferta de habitação; alterações climáticas aumentam a incidência de fenómenos climáticos extremos tais como secas prolongadas, risco de incêndios, elevadas temperaturas; novas populações imigrantes de diferentes proveniências culturais são um desafio à harmonia e coesão sociais; diversidade de oportunidades laborais que a economia do território proporciona, não é atrativa para muitos dos jovens mais qualificados; política nacional de acessibilidades e transportes públicos é centralista e não acautela as necessidades específicas de regiões de baixa densidade populacional.

2. Caracterização do território

O território inclui 26 freguesias de 6 concelhos da NUT II Alentejo e NUT III Alentejo Central e Baixo Alentejo, nomeadamente Alvito, Cuba, Montemor-o-Novo, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira, numa superfície total de 2 981,2 km² e com uma população total de 38.692 residentes (de acordo com dados dos Censos 2021).

O território de intervenção a candidatar caracteriza-se por freguesias que apresentam uma superfície média de 114,6 km², cerca de 4 vezes superior à média nacional de 29,8 km² e onde apenas as freguesias de Vila Ruiva, Vila de Frades e Vidigueira apresentam uma dimensão ligeiramente inferior a esta média. Neste ponto destacam-se a União de freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras no concelho de Montemor-o-Novo, com 419 km², a freguesia das Alcáçovas, em Viana do Alentejo, com 268

km² e a União das freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, em Montemor-o-Novo com 213 km² como aquelas com maior superfície no Território. Todas as freguesias do território proposto são rurais.

3. Caracterização da parceria

A parceria é representativa dos agentes sócio económicos e dos agentes públicos que a compõem, uma vez que abrange as diversas realidades e dinâmicas do território.

Trata-se de uma parceria informal, mas o protocolo e as respetivas cartas de adesão, que se anexam, demonstram a vontade de todos no trabalho conjunto com vista à melhoria da qualidade de vida das populações e o compromisso de trabalhar para aquele objetivo.

Dos 62 parceiros, 45 (73%) já faziam parte do GAL que implementou a ELD 2013/2020 no âmbito do PDR2020. Os novos 17 parceiros permitem alargar e reforçar as áreas de intervenção em que cada um deles se insere.

De acordo com a macro-estratégia da EDL apresentada, constata-se que a parceria se adequa à mesma e revela uma elevada adesão do território proposto. Quarenta parceiros (65% do total) tem sede nos concelhos do território de incidência e desenvolvem a sua atividade predominantemente no mesmo. Relativamente aos parceiros de âmbito regional/nacional, importa referir que na sua maioria, têm sede nos concelhos limítrofes, mas têm atuação/delegações, no território de atuação desta parceria.

A maioria de parceiros são privados (65 %), e o mesmo sucederá com o Órgão de Decisão do GAL.

Os setores de atividades, que representam, são diversificados e equilibrados não existindo nenhum setor de interesses com maioria e/ou hegemonia (agricultura, floresta e agro-alimentar com 18 %; educação 8%; turismo 5%; património e cultura 15%; intervenção social 10%; indústria e atividades empresariais 5%, administração pública, sendo transversal a muitos dos outros setores, 24% e outros setores como investigação, desenvolvimento local/regional, desporto, banca e ambiente com 16%).

Em termos organizacionais, a parceria reunirá ordinariamente duas vezes por ano para apreciação dos relatórios anuais de execução da EDL e para conhecimento intercalar do ponto de situação da implementação da mesma. Estas duas reuniões permitirão obter informações sobre o estado da EDL e indicar se necessário novas estratégias e/ou metodologias na sua implementação.

O Órgão de Gestão (OG), a criar no seio da parceria, fará o contacto com os parceiros através de meios eletrónicos e disponibilizará toda a informação pertinente no *website* do GAL. Estas funções poderão ser delegadas no todo ou em parte na Equipa Técnica Local (ETL) a criar no seio da entidade Gestora (EG) Terras Dentro (TD).

As funções técnicas serão asseguradas pela ETL, sob responsabilidade direta da EG e a definir pela Direção da EG de acordo com as competências que lhe foram delegadas pela Autoridade de Gestão (AG) dos fundos públicos.

As competências de decisão caberão ao OG eleito em Assembleia de Parceiros, assegurando-se que nenhum grupo de interesses individuais ou de entidades públicas represente mais de 49% dos direitos de voto.

A participação de todos os elementos da parceria é assim garantida através de igualdade de direito de voto na Assembleia de Parceiros; contactos regulares com o OG e a ETL assegurada pela EG; possibilidade de integrar o OG de forma rotativa ao longo do período de implementação da EDL e acesso direto a toda a informação sobre a implementação da EDL através de correio eletrónico, newsletter, reuniões, participação em eventos, etc... a criar no âmbito das ações de animação da EDL e do GAL.

4. Diagnóstico do território de intervenção

i. Esta sub-região, que agrega os 6 municípios tidos em conta, representa 9,2 % da área total da região do Alentejo (NUT II) e apenas 5,5% da população dessa região.

Registou-se uma evidente perda de população no território em causa e um aumento dos índices de envelhecimento, com quebras mais acentuadas nas faixas etárias mais jovens (0-14 anos e 15-24 anos) e uma quebra na faixa etária dos 15-24 anos na ordem dos 14,2%.

ii. A **dinâmica económica** de uma região e em particular da sua atividade empresarial pode ser avaliada, entre outros indicadores, pelo número de empresas não financeiras estabelecidas no território.

Empresas Não Financeiras (Nº)

Localização Geográfica	2009	2020	Variação
Alvito	274	270	-1,5%
Cuba	445	582	30,8%
Vidigueira	619	681	10,0%
Montemor-o-Novo	2 174	2 194	0,9%
Portel	588	761	29,4%
Viana do Alentejo	618	749	21,2%
Território	4 718	5 237	11,0%
Alentejo	84 630	84 838	0,2%
Portugal	1 199 843	1 301 000	8,4%

Fonte: INE

Neste indicador o território em análise apresenta um crescimento de 11% face a 2009, bastante acima da média da NUTII e mesmo superior à média nacional.

Tendo em conta a distribuição por setores, verifica-se um crescimento muito assinalável no número de empresas do setor primário, com crescimento da ordem dos 80% no território embora o crescimento médio seja inferior à média de crescimento nacional que traduz uma empresarialização crescente da atividade agrícola. Em relação a outros setores de atividade, destaque para uma quebra generalizada do número de empresas do setor do comércio que representou 25% no Território. A densidade empresarial apresenta nesta sub-região valores muito reduzidos, inferiores à média da NUT II e muito abaixo da média nacional. Apesar disso verificam-se crescimentos muito consideráveis nos concelhos de Cuba e Portel, superiores a 30% face aos Censos anteriores, justificada por um aumento muito significativo do nº de empresas do setor primário nestes concelhos, correspondente a 98% e 185% respetivamente. A evolução do volume de negócios das empresas é considerada uma das variáveis a ter em consideração no que concerne à medição do sucesso das mesmas no mercado e, na sub-região, este valor fica-se pelos 17,8%. O setor transformador apresenta um peso de 16,9% do volume total de negócios, valor que compara negativamente com a média da NUT II (29%) e nacional (23%). O valor acrescentado bruto (VAB) é outro indicador económico importante, porque traduz uma medida de competitividade, essencial para que se possam proceder a aumentos salariais, e com isso aumentos da qualidade de vida. Na sub-região em estudo, esse valor é de apenas 5%, com variações percentuais que oscilam a nível concelhio entre -86,3% em Cuba e 29,3% em Viana do Alentejo. Em termos da distribuição do VAB por setor de atividade verifica-se que neste território o peso do setor primário corresponde apenas a 8,6% do VAB total da Sub-região, quando o volume de negócios representa 23 % do total, evidenciando tratar-se de uma atividade que produz menor valor acrescentado que outros setores de atividade menos relevantes na sub-região como são o setor transformador e o setor do comércio e serviços. Em suma, como se verifica o tecido empresarial é ainda frágil, carecendo de um serviço de acolhimento empresarial e de incubação, porque o que existe é incipiente.

Relativamente ao **emprego** verifica-se um aumento de 2,7%, com destaque pela positiva nos municípios de Alvito e Cuba, com crescimentos acima de 10% e pela negativa nos municípios de Montemor-o-Novo e Portel, onde se verificaram crescimentos negativos.

Pessoal ao serviço de empresas não financeiras (Nº) por setor de atividade

Localização geográfica	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústria, construção, energia e água		Serviços	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Continente	2 164 118	45 276	2,1%	675 479	31,2%	1 443 363	66,7%
Alentejo	131 349	17 759	13,5%	36 044	27,4%	77 546	59,0%
TI	5 158	1 082	21,0%	1 238	24,0%	2 838	55,0%
Alvito	231	42	18,2%	46	19,9%	143	61,9%
Cuba	347	126	36,3%	71	20,5%	150	43,2%
Vidigueira	625	163	26,1%	137	21,9%	325	52,0%
Montemor-o-Novo	2 648	478	18,1%	716	27,0%	1 454	54,9%
Portel	615	137	22,3%	113	18,4%	365	59,3%
Viana do Alentejo	692	136	19,7%	155	22,4%	401	57,9%

Fonte: INE

Em termos de valor absoluto, todos os municípios da sub-região apresentam em 2020 ganhos médios mensais inferiores à média do país e do Alentejo, sendo o concelho de Alvito o que apresenta o ganho médio mensal mais elevado e o de Viana do Alentejo o mais baixo da sub-região.

Na análise dos rendimentos a tendência em ambos os géneros é o aumento salarial em todos os concelhos da sub-região, quando comparados os dados de 2013 e 2020, ainda assim os salários médios são abaixo do Alentejo e do país.

O desemprego neste território, diminuiu em média 23,4%, com uma grande disparidade entre municípios, tendo Montemor-o-Novo registado a maior diminuição (41%) e Vidigueira e Alvito as menores, na ordem dos 3%.

iii. Ao nível dos **recursos naturais** a paisagem alentejana, e deste território em particular, distingue-se pela sua extensão e harmonia, fruto da grande uniformidade das planícies, da dimensão da propriedade, do sistema de culturas, da baixa densidade demográfica e do modelo de povoamento. O bom relacionamento cénico entre o património edificado e os espaços naturais envolventes contribuem para a singularidade deste território. A qualidade ambiental e o clima quente e seco sustentam a manutenção desta originalidade. Os sistemas culturais tradicionais têm como base as espécies características do clima mediterrânico, sobretudo o montado de sobro e azinho, caracterizam-se por serem ainda ecologicamente equilibrados e de grande valor patrimonial, paisagístico e económico, conferindo uma singularidade única à paisagem, bem típica deste clima e potenciadora do desenvolvimento turístico, o que os destaca a nível do país e da Europa.

A produção agrícola tem um peso significativo na estrutura de produção da região e coloca o Alentejo com um dos espaços de maior relevância agrícola do País, constituindo-se como um dos elementos primordiais para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento regional, destacando-se sobretudo pela boa qualidade dos produtos obtidos que constitui a chave fundamental para obter produtos agroalimentares de qualidade reconhecida a nível nacional e europeu, com destaque nesta sub-região, para a viticultura, onde se releva a excelência dos vinhos da região vitivinícola de Vidigueira que abrange a totalidade dos concelhos de Vidigueira, Cuba e Alvito.

Além do vinho, nesta região merecem ainda destaque, como importante fator de diferenciação, outros produtos com qualidade reconhecida (DOC, DOP, IGP, ETG) e boa imagem, aliados a um conceito de tradição e sustentados por sistemas de certificação, organismos de controlo e de apoio técnico, que lhe garantem credibilidade e lhe conferem visibilidade a nível nacional e europeu. Destaca-se, também, a cortiça de que o Alentejo é o maior produtor mundial e cuja qualidade é reconhecida internacionalmente.

Abrangendo uma pequena parcela do território desta sub-região, mas com forte relevância estratégica pelo sistema de regadio que proporciona, a reserva de água proporcionada pela albufeira de Alqueva, com um perímetro de 1100 km, constitui o maior lago artificial da Europa, inundando, em pleno armazenamento, uma área de 250 km² ao longo de um troço de 83km do rio Guadiana. O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, nas suas diversas valências (abastecimento público, agricultura, indústria, energia, turismo), foi concebido como um instrumento de intervenção numa área importante do Alentejo, com o objetivo de contribuir para a revitalização e dinamização da atividade económica nesta região e para a fixação das respetivas populações.

Salientamos ainda as zonas classificadas como Sítios de Importância Comunitária (SIC), nomeadamente Cabrela, Monfurado, Cuba e Alvito.

O **Património Cultural** do território, seja material ou imaterial, apresenta uma grande riqueza e variedade, que o torna um fator fulcral na estratégia de desenvolvimento do território, através de todo o edificado tradicional, histórico e religioso. A arquitetura e o urbanismo dos conjuntos consubstanciam uma importante e distinta identidade e imagem urbana que constitui um recurso diferenciador. O património imaterial, com especial incidência para o cante alentejano, a produção de chocalhos e do vinho de talha apresentam, igualmente, fortes potencialidades no campo do desenvolvimento regional.

iv. Ao nível da **organização da produção**, o setor primário, que inclui a agricultura, pecuária, pesca, entre outras áreas, é o setor de maior relevo na região do Alentejo, nomeadamente nos territórios de menor densidade. Considerando a sub-região a candidatar, o crescimento do uso do solo foi de 8%, e no que se refere à Superfície Irrigável, registou-se no território um crescimento de 35%, superior ao da NUT II e 2,5 vezes maior que o do país, fruto da expansão do regadio de Alqueva. A sub-região registou, em 10 anos, um aumento do nº de explorações agrícolas de 2,7%, que, associado a um aumento de 8% na SAU traduz um reforço da aposta no setor primário.

Quanto à dimensão média das explorações agrícolas, uma análise comparativa permite inferir que as explorações agrícolas se tornaram maiores, ainda que tendo reduzido o seu número na maioria dos casos. Os concelhos de Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo são os que apresentam, em termos médios, explorações de maior dimensão e os concelhos de Cuba e Vidigueira as de menor dimensão. Em termos de variação face a 2009, registou-se aumento da dimensão média nos concelhos de Vidigueira e Portel e diminuição nos restantes, destacando-se o concelho de Alvito com menos 23 % de área média. No que se refere às tipologias de *culturas permanentes* destaca-se o facto do olival representar 63% das culturas do território de intervenção, seguindo-se os frutos de casca rija com 21% e nos municípios de Cuba e Vidigueira a produção de Vinha, com respetivamente 58% e 69% da superfície afeta às culturas permanentes. Em termos de *culturas temporárias*, a sub-região apresenta um panorama com alguma semelhança ao da NUT II, com destaque para a produção de culturas forrageiras e prados temporários, que juntos representam 79% da superfície dedicada a este tipo de cultura. A produção de cereais para grão representa 17%. Destaque ainda para as culturas industriais, que representam apenas 1,9% da superfície do Território. Se analisarmos a situação no que se refere ao *efetivo animal* em número de cabeças, salienta-se o concelho de Montemor com mais de 40 % em todas as espécies à exceção dos Caprinos, atingindo mesmo 62 % da produção de suínos e 49 % na produção de bovinos. O concelho de Montemor é mesmo o maior produtor nacional de gado bovino, com mais de 56.000 cabeças de gado, constituindo o produto agropecuário mais significativo neste concelho. Em todos os restantes concelhos, a produção animal tem menor expressão, destacando-se a produção de caprinos em Cuba (36% da sub-região) e a produção de bovinos e ovinos nos municípios de Alvito, Portel e Viana do Alentejo, todos com mais de 15.000 cabeças de cada espécie.

Parece-nos importante referir também aqui o **turismo** enquanto ativo importante do território, destacando um crescimento de 0,4% nas dormidas, ao contrário da tendência nacional e da região Alentejo. No entanto o nº de dormidas na sub-região representa apenas 2,9% do nº de dormidas totais no Alentejo. Como demonstração do peso da sazonalidade estival, o número de dormidas nos 3 meses de verão representam em todos os municípios da sub-região mais de 40 % do número de dormidas anuais, sendo que apenas os municípios de Vidigueira, Cuba e Montemor-o-Novo apresentam taxas de sazonalidade inferiores às do Alentejo e do Território Nacional. Para tal contribuirão certamente o enoturismo nos 2 primeiros e o turismo cinegético no terceiro. Quanto à oferta de dormidas no território ela é reduzida bem como é reduzida a dimensão dos empreendimentos turísticos. No que se refere à oferta de alojamento local, embora represente cerca de 10% do número de estabelecimentos e de camas disponíveis face ao total dos distritos de Évora e Beja, apresentam neste caso um valor de número médio de camas ligeiramente superior à dos dois distritos no seu conjunto.

Relativamente à **educação e ensino**, o território apresenta uma percentagem de população sem instrução ou apenas com o ensino básico de cerca de 68%, com ensino secundário cerca de 20% e a percentagem de população com o ensino superior é de sensivelmente 12%, inferior à média do Alentejo e Nacional. O território é servido por estabelecimentos de ensino básico e integrado em todos os municípios, escolas profissionais em Cuba, Alvito, Vidigueira e pela Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Beja para o ensino superior.

O território sofre de carências graves ao nível de soluções de **mobilidade**, não existindo uma rede de transportes que sirva minimamente as necessidades das populações, nem uma rede ferroviária que contribua igualmente para favorecer a mobilidade das pessoas e para potenciar o desenvolvimento económico nomeadamente no transporte de matérias primas, ao nível da produção e da comercialização de produtos. É fundamental definir e acompanhar políticas e iniciativas de mobilidade em meio rural, como o

são por exemplo o programa SMARTA-NET da Comissão Europeia no âmbito do DG MOVE, ou outras de carácter mais local e/ou regional que contribuam para ir suprimindo as muitas necessidades neste setor.

Ao **nível social** destaca-se o aumento do nº de pensionistas apresentando um valor médio em 2020 de 47% no território a candidatar. Referente aos beneficiários do subsídio de desemprego este número tem vindo a diminuir, apresentando na sub-região menos 26,4% de beneficiários. A população beneficiária do rendimento mínimo garantido ou do RSI diminuiu mas de forma muito variável entre os municípios, com destaque para descidas superiores a 40%, com exceção para Alvito onde se verificou uma quebra de apenas 11,9% e Vidigueira onde se registou um aumento de 6,8% (com provável explicação no crescimento da comunidade cigana). No que se refere a equipamentos de apoio a idosos e de acordo com os diagnósticos sociais de cada concelho, existem na região 63 unidades entre ERPI e Centros de Dia, com destaque para o Concelho de Montemor com 39 unidades de apoio a idosos, e 41 creches, mais uma vez com destaque para o concelho de Montemor onde existem 17. No entanto estes equipamentos são ainda insuficientes, o que se traduz por longas listas de espera sobretudo nas infraestruturas de apoio a idosos. Relativamente à **inclusão social**, existem algumas respostas no território, mas muito insuficientes, sobretudo quando falamos de minorias étnicas e apoio a comunidades imigrantes. Salienta-se um défice ao nível da habitação, do emprego e da própria integração social.

v. Nos últimos anos, a consciência com o **ambiente, com a sustentabilidade e com as alterações climáticas** têm obtido cada vez maior importância na sociedade civil e analisando as despesas dos municípios nesta área verifica-se um aumento entre 2011 e 2019 superior a 100% nos municípios de Portel e Alvito. Pelo contrário, o município de Montemor registou uma diminuição acentuada de 37% que poderá ter justificações conjunturais, por estar desalinhada da generalidade dos municípios da sub-região e do Alentejo.

Em termos ambientais, e nesta sub-região, destacam-se com áreas protegidas os concelhos de Montemor e Portel com respetivamente 28,5% e 31,6% da área total.

Em termos de rede Natura 2000, na sub-região encontramos 3 sítios classificados como Sítios de Importância Comunitária (SIC) e já mencionados acima no ponto iii.

Relativamente às alterações climáticas, todos os Concelhos da sub-região dispõem de planos de adaptação às alterações climáticas, desenvolvidos a nível supramunicipal pelas respetivas comunidades intermunicipais, a CIMAC e a CIMBAL.

Em termos específicos a nível municipal, apenas o município de Vidigueira aprovou recentemente o seu Plano Municipal de Adaptação às alterações climáticas.

A adaptação e mitigação das alterações climáticas constitui um importante desafio, mas também uma oportunidade para este território, uma vez que o seu tecido económico apresenta características favoráveis à promoção de uma **economia cada vez mais circular**, mas também com oportunidades na área da **bioeconomia** e de exploração de modos de produção mais amigos do ambiente.

vi. Na área da produção de **energias renováveis**, fatores de diferenciação e competitividade que favorecem uma economia regional mais próspera mas também mais sustentável, relevam-se: o potencial de produção de energias renováveis, quer através da barragem de Alqueva, mas também ao nível da produção de energia fotovoltaica e bioenergia e valorização de subprodutos da agricultura em centrais de Tratamento de Bioresíduos; e o desenvolvimento da economia circular para valorização de resíduos e produção de energia associada aos setores produtivos dominantes, de que se destaca o Projeto URSA - Unidades de Recirculação de Subprodutos de Alqueva.

A **transição digital**, por fazer parte das prioridades da política europeia, e, por essa via, dos seus sistemas de financiamento e incentivos, constitui um desafio, mas também uma grande oportunidade para tornar a região mais coesa e competitiva, beneficiando do novo quadro plurianual de investimentos – o Portugal 2030.

Neste âmbito identificam-se as seguintes fraquezas da região que o investimento na transição digital poderá transformar em oportunidades de desenvolvimento mais coeso e sustentável:

- A transição digital pode ser indutora de novas formas de apoio e inclusão social e desenvolvimento de projetos piloto, beneficiando da identidade e qualidade de vida que o território proporciona;
- O financiamento e apoio à transição digital possibilitará a garantia de cobertura e disponibilidade de serviços de comunicações de banda larga que favorecerão a atratividade de novos empreendedores, novas empresas e os serviços à população residente e que se venha a fixar no território;
- Dessa forma, a transformação digital pode ter um importante papel na estratégia de coesão, sendo para tal necessário, além do investimento em infraestruturas, criar um ecossistema favorável e investir na capacitação para a literacia digital e combate à infoexclusão;
- A transição digital constitui uma importante oportunidade de combate à desertificação dos centros históricos através de projetos como os Bairros Comerciais Digitais e Aceleradoras de Comércio Digital.
- Também o Turismo poderá beneficiar da transição digital, através de investimentos que assegurem a melhoria da comunicação do potencial turístico da região, com recurso aos canais digitais.
- O financiamento da transição digital, ao contemplar o alargamento da Rede 5 G a todo o território possibilitará uma aposta em novos serviços de saúde suportados na telemedicina, mas também a criação de espaços do cidadão descentralizados, a promoção da literacia digital (cursos de informática na ótica do utilizador), permitindo desta forma que este novo paradigma chegue a toda a população, em particular a mais isolada.

vii. O desenho de um modelo regional de **governança colaborativa** em domínios estruturantes das políticas públicas de desenvolvimento regional é fundamental no contributo para gerar inovação, sinergias positivas, maior eficiência económica e justiça social. No quadro regional a CCDR tutela a governação institucional e a coordenação técnica da Estratégia 2030, onde se inclui o Alentejo 2030, a EREI 2030 e o POR Alentejo 2021-2027. Depois passamos para a articulação com as CIM e os Municípios, vocacionados obviamente para a coordenação de intervenções intermunicipais e a implementação e acompanhamento de programas de captação de investimento empresarial. Num outro nível temos os GAL e as ADL enquanto agentes de desenvolvimento local e animação sócio económica dos territórios garantindo o real aproveitamento das condições de proximidade aos cidadãos e o fortalecimento do capital social local, sendo pelo seu perfil, organizações incontornáveis para uma intervenção assente cada vez mais na inovação social e no garante dos direitos de cidadania e do bem estar das suas comunidades. A capacitação das Juntas de Freguesia também pode integrar este circuito de governança sobretudo ao nível da facilitação dos serviços públicos e administrativos. A criação de redes colaborativas e dinâmicas entre todos os agentes de desenvolvimento, permitem um maior envolvimento e participação em lideranças partilhadas confluindo numa maior eficiência na resolução de problemas complexos e execução coletiva das estratégias de intervenção para os territórios.

5. Identificação dos desafios

Na sequência da elaboração do diagnóstico participativo e territorial, que decorreu nos últimos dois anos, cujo método permitiu o envolvimento ativo e dinâmico da parceria e a produção de conhecimento, conforme resumido no ponto 4, foram utilizadas múltiplas técnicas de recolha de dados, inclusive a análise *swot* como ferramenta de gestão orientada para o planeamento estratégico, que permitiu chegar a 9 desafios para o território de intervenção, que são eles:

Demografia e Habitação – verifica-se uma perda e envelhecimento da população superando os 50% face à de 1960, tendo sido de 9,8% face aos Censos anteriores sendo superior à perda registada na NUT II Alentejo (6,9%) e à de Portugal (2,1%) e constitui o maior desafio para o desenvolvimento do território. Deve ser dada prioridade à atração e fixação de pessoas, nomeadamente jovens qualificados, migrantes capazes de suprir necessidades do mercado de trabalho e nómadas digitais ou em teletrabalho aproveitando as potencialidades da digitalização. O mercado de habitação constitui um dos principais obstáculos à atração e fixação de população no território, quer pela escassez de oferta, quer pelo seu custo.

Inclusão social - combate ao envelhecimento e despovoamento exige inovação nas políticas de apoio e inclusão social, registando-se um elevado envelhecimento e despovoamento que exigem a garantia de Serviços de suporte ao nível do apoio à infância e aos idosos que carecem, para tal, de atração e fixação

de técnicos qualificados. Constituindo os migrantes uma realidade crescente, podem ser garantia de mão de obra no território, nomeadamente no setor agrícola, deverão ser desenvolvidas políticas que promovam a sua verdadeira inclusão, dadas as acentuadas diferenças culturais e dificuldades de comunicação decorrentes de diferenças linguísticas e culturais.

Ambiente e recursos naturais - um território com excelentes recursos naturais, mas com desafios ao nível das alterações climáticas. deverá ser dada atenção à mitigação das alterações climáticas, nomeadamente na gestão da água em situações de seca cada vez mais extremas e frequentes. Embora as 2 CIM tenham já desenvolvido os seus Planos de Adaptação às Alterações Climáticas, a nível municipal, apenas a Vidigueira está nesse patamar.

Agricultura e alimentação – existe um enorme potencial nos recursos endógenos mas carência de adaptação a novos paradigmas. É necessário existir um reforço em projetos de diversificação da atividade agrícola, nomeadamente através de dinamização turística associada aos produtos endógenos, com destaque para o enoturismo e ao turismo de natureza. É essencial democratizar o acesso e introdução da transição digital no que respeita a agricultura de precisão e agricultura digital. Importa atender à lei dos solos e ao equilíbrio entre projetos de agricultura intensiva e manutenção da qualidade da paisagem e da biodiversidade que constituem fatores distintivos do território.

Turismo – o turismo é um setor estratégico para a região com forte potencial sinérgico com outros domínios, mas carece de maior capacidade empreendedora e mão de obra qualificada. É necessário aumentar a oferta hoteleira privilegiando pequenos empreendimentos distintivos e com forte identidade e também desenvolver o turismo, privilegiando estadias prolongadas, além da necessidade de projetos de animação turística no território.

Cultura e identidade – o território é muito rico culturalmente e com forte identidade, mas que não está desenvolvido integralmente. A forte identidade alentejana e riqueza do seu património material e imaterial, assente em saberes e artes ancestrais constituem um dos principais ativos diferenciadores desta região, bem como o seu património cultural imaterial muito rico (várias classificações Unesco e outras em vias de classificação) e potenciadoras de outras atividades – produtos endógenos e turismo. Constatase um potencial para a criação de novas empresas diferenciadoras e com criação de mais valia.

Cooperação para o desenvolvimento territorial – registam-se dificuldades e necessidades de melhoria nas acessibilidades e equipamentos relevantes para o desenvolvimento e competitividade territorial. É necessário reforçar a cooperação para o desenvolvimento e colaborar para a melhoria das condições de vida e bem-estar da população, sobretudo dos mais vulneráveis e isolados.

Economia – Setor primário dominante, mas com salários médios abaixo da média do Alentejo e do país. Verifica-se no total do território o domínio do setor primário, o qual representa 23% do volume total de negócios das empresas não financeiras, valor que é quase o dobro da média da NUT II e mais de dez vezes superior à média nacional. Para a sua valorização é necessário investir na diversificação da atividade – atividades de maior valor acrescentado e subida na cadeia de valor (agroindústrias). O setor primário é dominado por grandes grupos económicos, registando-se uma fraca iniciativa empresarial e empreendedorismo na agricultura tradicional.

Transição energética e digital - constituem oportunidade relevante para desenvolvimento nos restantes domínios. A transição digital constitui uma ótima oportunidade para a fixação de população, nomeadamente jovens em teletrabalho e nómadas digitais e permite novas soluções em termos de apoio social à distância, mas exige que seja garantida a sua cobertura e ligação de qualidade em todo o território, em particular nas zonas mais remotas. Oportunidade e desafio da transição digital ao nível da agricultura de precisão e agricultura digital (agricultura 4.0). Enorme potencial de produção de energias renováveis, nomeadamente através do fotovoltaico e hídrico. O potencial da economia circular, nomeadamente em termos de valorização de subprodutos da atividade agrícola.

Face a estes desafios/enfoques e tendo por base a análise *swot* aliada à metodologia *start | stop | continue | improve* foi desenhada uma EDL (estratégia de desenvolvimento local) da qual resulta uma visão para o futuro, objetivos estratégicos e linhas de atuação que incluem algumas ideias e propostas de ações e projetos a desenvolver.

A visão que foi traçada permite mostrar um caminho que nos une e valoriza o nosso território: Um território vasto, onde se vive apaixonadamente o vagar dos dias, ao ritmo do cante e das suas riquezas únicas. Um território onde o montado é inspiração de sustentabilidade, e onde a beleza da vida se saboreia em cada produto. Um território que faz da sua identidade a massa mãe do futuro dos que aqui vivem, e do bem-estar

a talha da sua evolução. Um território que chocalha quem o visita, e que assim não o esquece. Um território de TERRAS DE ABUNDÂNCIA, onde se pode sonhar e concretizar, porque em si, há uma enorme riqueza com a qual criar.

Os objetivos estratégicos que foram definidos são o pilar da visão e convergem para os desafios definidos e para a intervenção da parceria, aliados a algumas linhas de atuação e ideias de projeto designadamente:

1. **Influenciar positivamente a demografia e oferta de habitação**, tendo como enfoque desenvolver os fatores de atratividade territorial para a população mais jovem, de forma a potenciar a sua motivação para a fixação. Monitorizar a evolução da atratividade do território por segmento de população; promover a atração de novos habitantes, apoiando a sua integração no território.
2. **Melhorar o suporte social aos mais vulneráveis e aos novos residentes**, nomeadamente, apoiar iniciativas de empreendedorismo e inovação social que beneficiem pessoas em situação de vulnerabilidade social. Estreitar laços sociais e culturais com comunidades imigrantes e minorias étnicas, impulsionando a sua integração, a coesão social e o seu envolvimento cidadão. Aproveitar o potencial das novas tecnologias para promover e apoiar soluções inovadoras de suporte à população mais isolada e vulnerável. Apostar no desenvolvimento deste nicho de atividade económica especializada.
3. **Promover a sustentabilidade e valorizar a natureza, a biodiversidade e o património natural**. Proteger e valorizar o montado como maior ativo natural do território, contribuindo para a concretização do seu plano de salvaguarda e o seu reconhecimento como património a proteger pela UNESCO. Valorizar os seus produtos distintivos, quer pela qualidade, quer pela sustentabilidade. Explorar o potencial das energias renováveis, nomeadamente do fotovoltaico, hídrico e bioenergias, contribuindo para a sustentabilidade e autonomia energética do território, constituindo-se também como território exportador de energia verde; promover a economia circular através de iniciativas inovadoras de valorização de subprodutos, sobretudo da atividade agrícola; contribuir para a mitigação das alterações climáticas, incentivando a gestão eficiente da água, em particular nos territórios não abrangidos pelo regadio de Alqueva, apoiando soluções inovadoras de eficiência energética, e o uso de soluções de engenharia baseadas na natureza.
4. **Promover o desenvolvimento da agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis**. Fomentar a produção de produtos agrícolas de qualidade; promover o desenvolvimento do agroturismo e outras formas de turismo associado ao setor primário, potenciando assim novas fontes de receita para os produtores e reforçando a promoção de produtos e marcas do território; desenvolver a Dieta Mediterrânica como alavanca do setor agrícola regional, e enquanto fator de promoção da sustentabilidade, saúde e qualidade de vida; fomentar o desenvolvimento de culturas e modos de produção mais sustentáveis e mais adaptados às alterações climáticas.
5. **Desenvolver o turismo sustentável e outras atividades económicas**. Promover o desenvolvimento do agroturismo, em especial se associado a produções de valor acrescentado, seja na área dos vinhos, seja noutras fileiras; promover e apoiar o investimento em novos empreendimentos turísticos, nomeadamente do tipo “boutique” ou “fora da caixa”, desenvolvendo uma oferta de alojamento diferenciado, que seja por si mesmo atrativo; fomentar a inovação e a qualificação das experiências turísticas que o território disponibiliza, inspirando os agentes económicos a oferecerem produtos e serviços diferenciados.
6. **Promover a cultura e a identidade como fatores de transformação do território**. Apoiar e desenvolver ações culturais que valorizem a identidade, riqueza do património e os ativos diferenciadores do território (tradições, etnografia, produtos locais, artesanato entre outros) e reforcem a atratividade do território para viver. Proteger e valorizar o cante e o chocalho enquanto ativos classificados pela UNESCO, explorando o seu potencial de dinamização económica e turística. Promover o reconhecimento e valorização de outros ativos culturais, tal como o Vinho de Talha e o pão alentejano.
7. **Reforçar a parceria de desenvolvimento territorial**. Mobilizar os concelhos e as freguesias para a temática das Smart Villages inspirando o desenvolvimento de projetos piloto que melhorem a qualidade de vida e atratividade do território. Criar uma oferta de oportunidades de desenvolvimento de competências e conhecimento articulada no território, nomeadamente ao nível da literacia digital.
8. **Promover o desenvolvimento económico e a diversificação de atividades**, impulsionar o desenvolvimento de competências nos agentes económicos, nomeadamente ao nível do marketing digital, e-commerce, e outras tecnologias que potenciem os negócios; promover o desenvolvimento de redes de trabalhadores remotos e nómadas digitais no território, do tipo *Grow Remote* (Irlanda).

Promover o desenvolvimento de redes integradas de espaços de *cowork* no território. Promover e apoiar o empreendedorismo, especialmente o qualificado e criativo, inspirando o desenvolvimento de novos projetos no território.

9. **Promover a coesão, inovação e competitividade do território.** Este objetivo é transversal a todos os outros e está identificado nos mesmos quando mencionamos a literacia digital, o marketing digital, o e-commerce, as smart village, etc.

Através da nossa EDL, que integra e mobiliza os princípios da abordagem LEADER os quais são completamente subjacentes à atuação e intervenção, transversal e integrada da Terras Dentro, espera-se apoiar a agricultura e a sua diversificação, com destaque para o surgimento de novas atividades com maior potencial de crescimento económico, que visem e potenciem a introdução da transição energética e digital. Contribuir e apoiar o crescimento do nº de empresas com atividades diferenciadoras que gerem uma maior empregabilidade, visando a diminuição da exclusão social e o equilíbrio da igualdade de género. Continuar a apoiar atividades que valorizem os produtos endógenos e de qualidade diferenciada numa lógica assente nos princípios da Dieta Mediterrânica. Espera-se ainda através desta abordagem contribuir para aumentar a atratividade do território ao turismo e fixação de jovens, promover a bio economia e economia circular, articulando diferentes fundos numa resposta verdadeiramente integrada às necessidades do território. A articulação entre desafios/enfoques, objetivos estratégicos, necessidades principais e complementares, resultados pretendidos e correlação com os objetivos do PEPAC, encontram-se resumidos na tabela do ponto 9.

6. Identificação das reuniões

A Terras Dentro, para a elaboração da EDL, considerou importante desenvolver um processo participativo, concretizado num Diagnóstico Participativo. O objetivo deste diagnóstico, além da produção de conhecimento sobre o território, pretendia envolver de forma dinâmica, não apenas a parceria GAL Terras Dentro, mas a comunidade, constituindo um processo onde todos/as os/as envolvidos/as se revissem na construção de um trabalho para o futuro. Para a sua concretização foram realizados *focus group* em todas as freguesias do território, de forma a envolver toda a comunidade, convidando todas as entidades, associações, clubes recreativos, culturais, grupos desportivos, corais, sociedades e comunidade no geral. Foram concretizados 20 *focus group*, tendo por base o debate orientado pela análise *swot*, onde foi possível auscultar as fraquezas, forças, oportunidades e ameaças de cada freguesia. Este trabalho permitiu-nos conhecer a realidade de cada localidade, mas também permitiu à comunidade conhecer melhor o foco do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, o seu potencial e ainda projetar conjuntamente o futuro.

Para complementar a abrangência e a participação no processo foram realizados dois workshops, com recurso a uma metodologia diferente, assente nos princípios da investigação apreciativa, que permite analisar conjuntamente a sustentabilidade do território e criar um projeto sustentável para o mesmo onde todos se revejam. Na primeira sessão foram analisadas as características do território partindo dos desafios e da anterior EDL. Na segunda sessão foram apresentados os objetivos estratégicos e uma proposta de linhas de atuação. Nesta sessão foi também realizado um esboço de projeto para cada tema.

Ainda no âmbito do diagnóstico e para complementar a recolha de informação e democratizar a possibilidade de todos os parceiros se pronunciarem sobre o território foi elaborado um questionário online e enviado para toda a parceria GAL Terras Dentro. Foram ainda realizadas 13 entrevistas aos representantes de entidades, que além de integrarem a parceria GAL Terras Dentro, a sua intervenção é relevante no território e que possuem um conhecimento e visão estratégica em áreas convergentes com a intervenção/ atuação da Terras Dentro. No final do processo foi feita publicamente a apresentação da EDL e foi feito o exercício de análise e convergência com os conceitos basilares da animação territorial. Esta sessão despertou muito interesse, tendo sido muito participada.

No final de julho os parceiros do GAL validaram a EDL e a proposta de candidatura à 1ª fase onde se incluiu também o território e o conjunto de parceiros num regime misto, sessão presencial no dia 27 de julho e consulta escrita. As evidências (folhas de presença, fotos, resultados) encontram-se espelhados no documento intitulado “*Evidências processo de envolvimento Parceria comunidade local*”.

7. Evidência da Articulação da EDL com estratégias regionais e sub-regionais

A macro estratégia “**Terras de Abundância**” aprofunda a **estratégia regional Alentejo 2030**, em vários dos seus domínios, na sua aplicação à dimensão do desenvolvimento local na sub-região.

Assim é possível identificar as sinergias entre os Objetivos Estratégicos e Específicos presentes no Alentejo 2030 e os Objetivos Estratégicos presentes na EDL (Terras de Abundância) da Terras Dentro, assente na seguinte relação:



Neste particular destacam-se as apostas estratégicas da Terras de Abundância em domínios como o desenvolvimento da Agricultura e Sistemas Alimentares, o Turismo, a Cultura e a Identidade como fatores menos presentes nos Objetivos Estratégicos e Específicos do Alentejo 2030, mas aos quais foi entendido dar a adequada relevância para o desenvolvimento deste território das Terras de Abundância.

RIS3 Alentejo - Estratégia Regional de Especialização Inteligente

No que se refere aos contributos para a RIS3 Alentejo, a “Terras de Abundância” apresenta um bom alinhamento global, quer em termos dos Objetivos Estruturais e Linhas de Ação da EREI, quer ao nível dos seus Domínios Transversais e de Especialização, a seguir resumidos.

Domínios Transversais

Digitalização da Economia – tendo em conta setores e/ou projetos/infraestruturas com forte potencial de motor nos processos de digitalização, automação e de inteligência artificial.

Circularidade da Economia – considerando o potencial de articulação e de produção de inovação aplicada que a região já desenvolveu para aproveitar o potencial de subprodutos em atividades estratégicas.

Domínios de Especialização

Bioeconomia Sustentável – centrada nos recursos/ativos regionais, que permitem uma valorização dos mesmos com base em novos bioprodutos e/ou novos usos para esses recursos.

Energia sustentável, tendo por base um paradigma associado às energias renováveis e à liderança na produção de gases renováveis.

Mobilidade e Logística, focado num paradigma associado à transformação tecnológica da região em setores em que pode ser líder de inovação.

Serviços de Turismo e Hospitalidade, considerando as amenidades e recursos regionais que permitem uma afirmação/consolidação diferenciada da região como destino de futuro.

Ecossistemas Culturais e Criativos, tendo por base uma ideia de inovação cruzada, de reforço de identidade, que permita a competitividade da região para a atração de novos residentes e para a conceção de novos produtos e serviços.

Inovação Social e Cidadania, tendo como centro a ideia de um território – laboratório para a conceção inovadora, aplicação e prototipagem de propostas de instrumentos de política pública de promoção da cidadania plena.

O quadro seguinte traduz o alinhamento entre a EREI e Estratégia Terras de Abundância, com os seguintes níveis: +++ Forte | ++ Moderado | + Fraco.

Alinhamento EREI vs Terras de Abundância	O1. Influenciar positivamente a demografia e oferta de habitação	O2. Melhorar o suporte social aos mais vulneráveis e aos novos residentes	O3. Promover a sustentabilidade e valorizar a natureza, a biodiversidade e o património natural	O4. Promover o desenvolvimento da agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis	O5. Desenvolver o Turismo sustentável e outras atividades económicas	O6. Promover a cultura e a identidade como fatores de transformação do território	O7. Reforçar a parceria de desenvolvimento territorial	O8. Promover o desenvolvimento económico e a diversificação de atividades	O9. Promover a coesão, inovação e competitividade do território
OBJETIVOS ESTRUTURAIS E LINHAS DE AÇÃO DA EREI									
Incrementar a Sustentabilidade e Coesão Territorial	+++	+++	+++	++	++	++	++	++	+++
Reforçar o Valor das Cadeias Produtivas Regionais,			++	+++	+++	++	+	+++	++
Incrementar a Qualificação dos Recursos Humanos Regionais (Talentos)									
DOMÍNIOS DA EREI									
Digitalização da Economia	++	+++	+	+++	+++	+	++	+++	+++
Circularidade da Economia			+++	+++	++		+	++	+++
Bioeconomia Sustentável,			++	+++	+++		+	+++	+++
Energia Sustentável,	+		++	++	++		+	++	+++
Mobilidade e Logística	+++	++		+++	+++		+	+++	++
Serviços de Turismo e Hospitalidade	+++	+++	++	+	+++	+	+	+++	+++
Ecossistemas Culturais e Criativos	++	++			++	+++	+	++	++
Inovação Social e Cidadania	++	+++				++	++		+++

Em termos de articulação com a estratégia sub-regional (estratégia integrada de desenvolvimento territorial do Alentejo Central) a EDL “Terras de Abundância” exhibe, na sua globalidade, um excelente alinhamento tal como se pode verificar no cruzamento efetuado entre os diferentes objetivos e que se encontra espelhado no quadro seguinte, de acordo com os seguintes níveis: +++ Forte | ++ Moderado | + Fraco.

Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central vs Terras de Abundância	O1. Influenciar positivamente a demografia e oferta de habitação	O2. Melhorar o suporte social aos mais vulneráveis e aos novos residentes	O3. Promover a sustentabilidade e valorizar a natureza, a biodiversidade e o património natural	O4. Promover o desenvolvimento da agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis	O5. Desenvolver o Turismo sustentável e outras atividades económicas	O6. Promover a cultura e a identidade como fatores de transformação do território	O7. Reforçar a parceria de desenvolvimento territorial	O8. Promover o desenvolvimento económico e a diversificação de atividades	O9. Promover a coesão, inovação e competitividade do território
OE1. Antecipar os efeitos das alterações climáticas e promover a descarbonização do Alentejo Central.			++	+++	+++				++
OE2. Afimar o Alentejo Central como um território organizado e acolhedor para viver.	+++	+++	+++	+++	+++	+++		+++	+++
OE3. Estimular a transição para uma economia inteligente, circular e integradora de sistemas produtivos baseados em recursos endógenos.			+++	+++	+++	++		++	+++
OE4. Assegurar o bem-estar a todos os cidadãos e eliminar os focos de exclusão social.	+++	+++	++	++	+	+		+	++
OE5. Capacitar as instituições e as pessoas e aprofundar a cooperação territorial.							+++		

No que se refere à estratégia integrada de desenvolvimento territorial do Baixo Alentejo, ainda não se encontra disponível, pelo que não foi possível fazer a articulação com a EDL.

8. Áreas de intervenção da EDL / PEPAC

Em relação ao estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir, e não existindo à data em questão qualquer informação relativa aos recursos financeiros a afetar à EDL, a opção do GAL Terras Dentro vai no sentido de que no mínimo se manterão idênticas às dotações do anterior quadro de apoio.

Assim, e em termos de % de alocação de verbas Feader e de acordo com as áreas de intervenção da EDL, que se pretende ver mobilizadas através do PEPAC propõe-se, com base nas anteriores experiências de intervenção do GAL e considerando os limites máximos de despesa pública (DP) assim como a respetiva média de DP por projeto, idênticos ao anterior DLBC, para as áreas abaixo identificadas, a afetação de acordo com o seguinte:

- **ambiente e recursos naturais** a afetação global de 15% que concorre respetivamente para os indicadores de resultado/metas R.39 (10%) / 4 e R.15 (5%) / 0.1;
- 22 % para a área da **agricultura e alimentação**, sendo 20% no âmbito do R.9 e 2% no R.10 ao que corresponde a meta de 48 e 1, respetivamente;
- no âmbito do **turismo** a afetação de 10%, correspondente ao indicador de resultado R.39 e a meta de 4;
- em termos de **cultura e identidade**, a afetação de 10%, com base no indicador R.39, correspondente à meta de 4 empresas rurais;
- 1% para a **cooperação para o desenvolvimento territorial**, com base no indicador de resultado R.41, correspondente à meta de 1% (380 pessoas);
- 35 % para a área **economia**, assente nos seguintes resultados e metas, respetivamente, R.9 (5%) / 12; R.18 (5%) / 150.000,00€; R.37 (5%) / 10; R.39 (20%) / 8;
- no que respeita à **transição energética e digital** 7 %, tendo em consideração os indicadores de resultado R.40 (2%) e o R.15 (10%) e as metas a atingir de 1 e 0.1 (MW).

O quadro seguinte resume a % global a afetar de acordo com cada resultado e metas a atingir e o quadro do ponto 9 engloba toda a informação.

Resultados	% a alocar das verbas Feader	Unidades	Meta
R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	25	nº	60
R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	2	nº	1
R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW);	10	MW	0,2
R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	5	investimento total	150000
R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	5	nº	10
R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	50	nº	20
R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	2	nº	1
R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	1	%	1
	100		

9.Plano de ação

A tabela seguinte resume o solicitado no ponto 9.

Enfoques / Desafios	Objetivos apresentados	Pilar PEPAC	Necessidades Principais	Necessidades Complementares	Resultados	% a alocar das verbas Feader	Meta
Demografia e Habitação	Influenciar positivamente a demografia e oferta de habitação	Sócio territorial	PTOE8N1 (COE8N3) - Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais.	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	0	0
					R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	0	0
Inclusão	Melhorar o suporte social aos mais vulneráveis e aos novos residentes	Sócio territorial	PTOE8N1 (COE8N3) - Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N7 - Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	PTOE2N1 - Criar e melhorar infraestruturas coletivas (ex regadio, abastecimento de água, acessos, eletrificação, banda larga, redes proteção das florestas)	R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	0	0
Ambiente e Recursos Naturais	Promover a sustentabilidade e valorizar a natureza, a biodiversidade e o património natural	Agro ambiental e climático	PTOE8N2 (COE8N4) - Incentivar a Bioeconomia e a economia circular COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola COE4N5 - aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e industriais COE6N6 - Promover uma gestão multifuncional dos espaços agrícolas e florestais incluindo as atividades cinegéticas no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	10	4
					R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW);	5	0,1
Agricultura e Alimentação	Promover o desenvolvimento da agricultura e os sistemas alimentares sustentáveis	Económico	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola PTOE4N1 - Aumentar a resiliência dos sistemas de produção agrícola e florestais aos impactos adversos das alterações climáticas designadamente de eventos climáticos adversos PTOE4N2 - melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria COE2N1 - valorizar os produtos de qualidade diferenciada COE4N5 - aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e industriais PTOTN2 - Promover a cooperação entre o sistema I&D e o setor agrícola e florestal, nomeadamente desenvolvimento de produtos e processos	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos;	20	48
					R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC;	2	1
Turismo	Desenvolver o Turismo e outras atividades económicas	Económico e sócio territorial	COE8N2 Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem e lazer	COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	10	4

Cultura e Identidade	Promover a cultura e a identidade como fatores de transformação do território	Conhecimento e Inovação	PTOE8N1 (COE8N3) - Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	COE2N1 - valorizar os produtos de qualidade diferenciada COE9N8 - melhorar a comunicação junto da sociedade do papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima: COE6N6 — Promover uma gestão multifuncional dos espaços agrícolas e florestais incluindo as atividades cinegéticas no quadro da conservação de espécies da fauna selvagem em risco ou ameaçadas COE6N5 - Contrariar o abandono e melhorar a sustentabilidade ambiental dos sistemas agro-silvo-pastoris de alto valor em termos de biodiversidade, bem como preservar paisagens agrícolas tradicionais	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	10	4
Cooperação para o Desenvolvimento o Territorial	Reforçar a parceria de desenvolvimento territorial	Conhecimento e Inovação	PTOE8N1(COE8N3) - Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N6 - Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade	PTOE2N1 - Criar e melhorar infraestruturas coletivas (regadio, abastecimento de água, acessos, eletrificação, banda larga, redes proteção das florestas) COE9N8 - melhorar a comunicação junto da sociedade do papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima PTOTN2 - Promover a cooperação entre o sistema I&D e o setor agrícola e florestal, nomeadamente desenvolvimento de produtos e processos	R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	1	1
Economia	Promover o desenvolvimento económico e a diversificação de atividades	Económico	PTOE8N2 (COE8N4) - Incentivar a Bioeconomia e a economia circular COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e a sua integração no mercado COE8N5 - Promoção de uma gestão florestal ativa e sustentável do ponto de vista económico e geradora de bens públicos ambientais/paisagem e lazer COE8N6 - Priorizar a gestão conjunta ou de escala dos espaços florestais com rentabilidade	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades na exploração agrícola COE2N1 - valorizar os produtos de qualidade diferenciada COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente, através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica (ex – através de contratação pública COE7N5 - Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bio economia, desenvolvidas com apoios da PAC	5 5 5 20	12 150000 10 8
Transição energética e digital	Promover a coesão, inovação e competitividade do território	Conhecimento e Inovação	PTOE8N1 (COE8N3) - Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais)	PTOE4N2 - melhorar a eficiência energética das explorações agrícolas, florestais e da agroindústria COE4N5 – aumentar a produção de energia renovável pelo setor e sua utilização no contexto de melhoria da sustentabilidade energética das explorações agrícolas, florestais e industriais PTOTN1 - Incentivar a transição digital na agricultura	R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.15 - Energia renovável proveniente da agricultura, da silvicultura e de outras fontes renováveis: Investimentos apoiados na capacidade de produção de energias renováveis, incluindo a bioenergia (em MW):	2 5	1 0,1
						100	